

Concessionária Rota do Atlântico

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023



Rota do

Atlântico

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais	14



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Cabo de Santo Agostinho – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rota do Atlântico S.A. (Companhia), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Atlântico S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja a Nota 08 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

A Companhia apresenta no ativo intangível investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários.

Devido às incertezas inerentes no processo de determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros de cada UGC e suas premissas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como o crescimento de tráfego, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, bem como à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação dessa estimativa contábil, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs como: perspectivas de crescimento de tráfego, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com a projeção aprovada pela Administração da Companhia;
- Avaliação, em base amostral, se os cálculos matemáticos, práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixas esperados na estimativa foram elaboradas de forma consistente e são razoáveis no contexto da avaliação da estimativa do valor recuperável das UGCs; e
- Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o saldo do ativo intangível e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 22 de março de 2023, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 29 de Março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda

CRC SP-014428/F-7



Diogo Feliciano Irineu

Contador CRC 1SP223212/O-2

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 2022

ATIVO

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	20.708	35.346
Contas a receber	7	3.902	3.513
Tributos a recuperar		384	1.253
Imposto de renda e contribuição social		2.146	110
Despesas antecipadas		218	257
Partes relacionadas		-	8
Adiantamentos		538	127
Total do ativo circulante		27.896	40.614
Ativo não circulante			
Impostos de renda e contribuição social diferidos	12	33.924	33.133
Outros ativos		-	27
Depósitos judiciais		598	20
Total do realizável a longo prazo		34.522	33.180
Imobilizado		544	217
Intangível	8	209.758	218.086
Direito de Uso		2.974	2.000
Total do ativo não circulante		213.276	220.303
Total do ativo não circulante		247.798	253.483
Total do ativo		275.694	294.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 2022

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	9	6.224	2.519
Debêntures	10	1.600	800
Obrigações sociais e trabalhistas		4.106	1.862
Imposto de renda e contribuição social		78	-
Obrigações tributárias		921	1.015
Arrendamentos		2.234	837
Provisão para manutenção	11	35	2.444
Outras obrigações		-	4.095
Total do passivo circulante		15.198	13.572
Passivo não circulante			
Debêntures	10	166.180	160.210
Arrendamentos		875	1.225
Provisão para contingências	14	581	458
Partes relacionadas	13	22.154	50.796
Dividendos a pagar		442	-
Provisão para manutenção	11	3.653	3.173
Total do passivo não circulante		193.885	215.862
Patrimônio líquido	15		
Capital social		126.756	126.756
Reserva de lucros		1.946	-
Prejuízos acumulados		(62.091)	(62.094)
Total do patrimônio líquido		66.611	64.662
Total do passivo e patrimônio líquido		275.694	294.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.
Demonstrações dos resultados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Nota	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita líquida de serviços	16	72.431	61.777
Receita de construção	16	9.819	6.163
Receita líquida		82.250	67.940
Custo dos serviços prestados	17	(39.387)	(36.295)
Custo de construção	17	(9.722)	(6.102)
Lucro bruto		33.141	25.543
Gerais e administrativas	18	(14.418)	(14.010)
Outras receitas (despesas) operacionais		236	808
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		18.959	12.341
Receitas financeiras	19	6.302	3.556
Despesas financeiras	19	(22.885)	(23.384)
Resultado financeiro, líquido		(16.583)	(19.828)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.376	(7.487)
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(698)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	791	2.396
Lucro (Prejuízo) do exercício		2.469	(5.091)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	2.469	(5.091)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>2.469</u>	<u>(5.091)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Reserva de incentivos fiscais</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2021	126.756	-	-	(57.003)	69.753
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.091)	(5.091)
Em 31 de dezembro de 2022	126.756	-	-	(62.094)	64.662
Resultado do exercício	-	-	-	2.469	2.469
Destinação para reservas	-	123	1.414	(1.537)	-
Destinação adicional	-	-	409	(409)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(520)	(520)
Em 31 de dezembro de 2023	126.756	123	1.823	(62.091)	66.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		2.376	(7.487)
Ajustes			
Margem de construção		(97)	(61)
Depreciação e amortização	8	12.614	11.379
Juros e variações monetárias, líquidas		21.101	22.922
Apropriação do custo de captação	10	650	-
Provisão para contingências	14	(2)	458
Provisão para manutenção	11	(1.929)	2.784
Baixas ao intangível	8	8.322	-
		43.035	29.995
Variação dos ativos e passivos			
Contas a receber		(292)	(4)
Despesas antecipadas		40	(197)
Tributos a recuperar		(576)	(1.182)
Depósitos judiciais		(636)	-
Adiantamentos		(412)	197
Outros ativos		26	(6)
Fornecedores		3.705	7
Obrigações tributárias		(172)	88
Obrigações sociais e trabalhistas		2.244	563
Partes Relacionadas		8	(8)
Outras obrigações		(4.095)	3.505
Caixa gerado pelas atividades operacionais		42.875	32.958
Juros pagos	10	(12.347)	(11.406)
Impostos pagos sobre o lucro		(1.210)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		29.318	21.552
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao intangível	8	(10.611)	(10.341)
Adições ao imobilizado		(126)	(48)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(10.737)	(10.389)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de debêntures	10	(884)	(1.467)
Amortização de partes relacionadas	13	(29.500)	(49.080)
Pagamentos de arrendamento		(2.835)	1.321
Caixa líquido aplicado nas das atividades de financiamentos		(33.219)	(49.226)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(14.638)	(38.063)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	35.346	73.409
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	20.708	35.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações do valor adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas		
Receita de serviços	79.413	67.812
Receita de construção	9.819	6.163
	89.232	73.975
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9.951)	(20.269)
Custo de construção	(9.722)	(6.102)
Valor adicionado bruto	69.559	47.604
Depreciação e amortização	(12.614)	(11.378)
Apropriação de seguros	(1.111)	(577)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	55.834	35.649
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6.302	3.556
Apropriação de seguros	236	808
Valor adicionado total a distribuir	62.372	40.013
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	17.130	14.149
Remuneração direta	12.307	9.954
Benefícios	4.150	3.734
FGTS	673	461
Impostos, taxas e contribuições	9.705	5.614
Federais	5.577	2.056
Estaduais	68	-
Municipais	4.060	3.558
Remuneração de capitais de terceiros	33.068	25.341
Juros	22.288	23.379
Aluguéis	222	53
Outras	10.558	1.909
Remuneração de capitais próprios	2.469	(5.091)
Lucro (prejuízo) do exercício	2.469	(5.091)
Valor adicionado distribuído	62.372	40.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações fechada, com sede no Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, e foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "SUAPE" (Governo do Estado de Pernambuco).

A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

Desde 30 de abril de 2021, a Companhia é controlada diretamente pela Verona Holding e Participações Societárias S.A. ("Verona") e indiretamente pela Monte Rodovias S.A. ("Monte Rodovias"), as quais possuem 100% de participação no capital social da Companhia.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 14 de março de 2024.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um

risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 14 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Notas explicativas 13 e 16: reconhecimento e mensuração de provisões para contingências e provisão para manutenção: principais características sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas e práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

(a) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganho e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data de avaliação.

(c) Ativos intangíveis e ágio

Ativos intangíveis e ágio

A Companhia, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é calculada ao longo do período de concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico.

Outros ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Os outros intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(d) Custo de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

(e) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os custos relativos a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Provisão para manutenção

A provisão para manutenção representa os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do encerramento do exercício.

A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, considerando as particularidades eventualmente existentes, em cada contrato de concessão.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Provisão para contingências

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. A Companhia reconhece provisão para todos os riscos referentes a processos judiciais, administrativos, cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação, resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

(f) Arrendamentos – CPC 06 (R2) / IFRS 16

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, a partir da data de início do arrendamento, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração dos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$2), utilizando, portanto, as isenções previstas em norma vigente. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

(g) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos previstos nas legislações pertinentes, na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os livros fiscais e contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos é realizada com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos e são mensurados

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

(h) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores.

(i) Reconhecimento da receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de maneira confiável.

Receitas de pedágio

A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

Receitas de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias na infraestrutura estabelecidas nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Companhia e de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – “Contratos de concessão”, que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo acrescido de margem. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A receita é reconhecida pela margem anual de 1% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Receitas acessórias

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

As receitas são reconhecidas no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos da concessão ou quando da prestação de serviço.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização

(j) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem basicamente por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

(k) Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, em conformidade com as demais normas técnicas aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

(l) Informações por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. As receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

4. Novas normas interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, e não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações financeiras da Companhia;

- i. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 01);
- ii. Imposto diferido, relacionado a ativos e passivos, decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- iii. Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 08); e
- iv. Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 01).

Não foram identificadas outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de juros. A gestão de risco se concentra na antecipação de ações em momentos de imprevisibilidade dos mercados financeiros e buscando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco realizada pela Companhia é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude de eventual possibilidade de não conseguir honrar seus compromissos operacionais e financeiros pela ausência de caixa; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade não conseguir garantias ou novos financiamentos perante instituições financeiras.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de políticas e preservação de margem operacional através de eficiência na gestão de recursos além de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, visando sempre antecipar a eventuais variações de mercado que possam expor seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

Revisão das projeções de caixa são realizadas de forma contínua, sempre com premissas conservadoras, de modo a assegurar a capacidade da Companhia em honrar suas necessidades operacionais e financeiras. A Companhia busca preservar caixa mínimo suficiente para assegurar a operação em caso de eventuais flutuações de mercado.

A tabela a seguir demonstra a exposição no passivo da Companhia em 31 de dezembro de 2023 (valores expressos em milhares

de R\$):

	<u>Valor contábil</u>	<u>Total</u>	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	6.224	6.224	6.224	-	-	-
Debêntures	167.780	386.362	14.625	16.931	63.893	290.913
Partes relacionadas	22.154	22.154	-	-	22.154	-
Passivo de arrendamento	3.109	6.474	4.468	1.983	23	-
Total	199.267	421.214	25.317	18.914	86.070	290.913
Em 31 de dezembro de 2022						
Fornecedores	2.519	2.519	2.519	-	-	-
Debêntures	161.011	186.679	800	4.800	5.600	175.479
Partes relacionadas	50.796	50.796	-	-	50.796	-
Passivo de arrendamento	2.062	2.953	1.674	1.279	-	-
Total	216.388	242.947	4.993	6.079	56.396	175.479

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, na não obtenção de novos financiamentos/garantias em função do mercado e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia acompanha a situação financeira de mercado continuamente e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, apesar de a Companhia não ter exposição ao risco de crédito em sua operação por se tratar de recebíveis na modalidade arrecadação a vista.

e) Risco de mercado

Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros CDI e de inflação o IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros CDI e IPCA, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2023	2024	2025	2026	2027	2028
CDI (*)	13,2%	9,9%	8,9%	8,5%	8,5%	8,5%
IPCA (*)	4,6%	3,6%	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%

(*) Fonte: Itaú BBA Dez./2023.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI e IPCA, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável (*)	Adverso possível	Adverso extremo
CDI	9,56%	11,95%	14,35%
IPCA	3,70%	4,62%	5,55%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2023 a 2028 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Aplicação financeira		Alta do CDI	5.948	6.078	6.208

(v) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Debentures - CRA	2036	Alta do IPCA	24.111	27.387	30.226

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos a essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou empréstimos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

5.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

5.3. Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Nota	Nível	Mensuração (*)	31/12/2023		31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos, conforme balanço patrimonial							
Caixa e equivalente de caixa	6	Nível 2	1	20.708	20.708	35.346	35.346
Contas a receber	8	Nível 2	2	3.902	3.902	3.513	3.513
Outros ativos		Nível 2	2	-	-	26	26
Total				24.610	24.610	38.885	38.885
Passivos, conforme o balanço patrimonial							
Debêntures	11	Nível 2	1	167.780	177.525	169.781	172.542
Fornecedores	10	Nível 2	2	6.224	6.224	2.519	2.519
Arrendamentos	12	Nível 2	2	3.109	3.109	2.062	2.062
Outras obrigações, excluindo obrigações legais		Nível 2	2	-	-	4.095	4.095
Total				177.113	186.858	178.457	181.218

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Companhia avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Companhia com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos mútuos a receber, a pagar com partes relacionadas e empréstimos, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas da Companhia, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

Já as debêntures, tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa de desconto ajustada ao risco de cada ativo.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	2.698	2.375
Aplicações financeiras	18.010	32.971
Total	20.708	35.346

A Companhia mantém aplicações financeiras, em sua maioria do tipo CDB, de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 100% e 101,75% (98% e 103% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Meios de pagamentos eletrônicos (i)	3.192	2.758
Vale pedágio	62	89
Receitas acessórias	648	666
Total	3.902	3.513

(i) As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Não existem expectativas de perdas nas operações de créditos do contas a receber.

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos a vencer	3.405	2.546
Créditos vencidos até 60 dias	63	631
		24

Créditos vencidos de 61 a 90 dias	2	209
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	2	3
Créditos vencidos há mais de 180 dias	430	124
	<u>3.902</u>	<u>3.513</u>

8. Intangível

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências/ Reclassificações	Amortização (a)	Saldo em 31/12/2022	
Intangível em infraestrutura							
Direito de concessão de serviços públicos	215.618	2.051	-	-	(9.748)	207.921	
Obras em andamento	2.862	5.041	-	366	-	8.269	
Total	218.480	7.092	-	366	(9.748)	216.190	
Outros intangíveis							
Softwares	1.797	252	-	-	(152)	1.897	
Adiantamento a fornecedores e outros	366	-	-	(366)	-	-	
Total	2.163	252	-	(366)	(152)	1.897	
Total	220.643	7.343	-	-	(9.900)	218.086	
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas (b)	Transferências (*)	Reclassificações	Amortização (a)	Saldo em 31/12/2023
Intangível em infraestrutura							
Direito de concessão de serviços públicos	207.921	183	(8.322)	14.450	-	(10.095)	204.137
Obras em andamento	8.269	10.428	-	(15.163)	(40)	-	3.494
Total	216.190	10.611	(8.322)	(713)	(40)	(10.095)	207.631
Outros intangíveis							
Softwares	1.896	-	-	421	-	(190)	2.127
Total	1.896	-	-	421	-	(190)	2.127
Total	218.086	10.611	(8.322)	(292)	(40)	(10.285)	209.757

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

(a) As amortizações do intangível estão incluídas nas contrapartidas de resultado sobre as rubricas Custo dos serviços prestados e Gerais e administrativas.

(b) As baixas ocorridas no exercício referem-se a baixa de itens sinistrados ressarcidos pela seguradora, referente ocorrências de desastres ambientais.

Contrato de concessão – infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Teste de recuperabilidade de ativos (*impairment*)

De acordo com os requisitos do CPC 01, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que o saldo contábil é superior a seu valor recuperável devem ser revisados periodicamente para determinar a necessidade de redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia realizou o teste de *impairment* em cada uma de suas SPE's (Sociedades de Propósito Específico) detentoras de contrato de concessão de rodovias e, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de cada UGC considerando perspectivas de crescimento de tráfego, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e descontado a valor presente por taxa que reflita as avaliações atuais de mercado, riscos do negócio e estrutura de capital, concluiu que não há nenhum indicativo adicional que levasse à necessidade de constituição de ajuste de *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2023.

9. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	732	296
Prestadores de serviços	5.492	2.223
Total	6.224	2.519

10. Debêntures

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures IPCA - 12431	CRA	2036	R\$	IPCA + 7,17% a.a.	175,902	169.781
Custos de captação e estruturação					(8.121)	(8.770)
Total					167.780	161.010
Passivo circulante					1.600	800
Passivo não circulante					166.180	160.210

Abaixo apresentamos a movimentação de debêntures durante o exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023:

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021	152.029
(+) Juros incorridos	21.855
(-) Juros pagos	(11.406)
(+/-) Custos da transação	(1.467)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	161.010
(+) Juros incorridos	18.899
(+) Juros capitalizados	452
(-) Juros pagos	(12.347)
(-) Amortização	(884)
(+/-) Custos da transação	650
Saldo em 31 de dezembro de 2023	167.780

Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000 (cento e sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora **(a)** implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente, e **(b)** reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão, e **(c)** reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 13.2.1434.1. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são **(i)** o penhor das ações de emissão da ("Companhia"), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e **(ii)** cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia e **(iii)** cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia e **(iv)** conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio.

Cláusula restritivas ("covenants")

A Escritura das Debêntures possui cláusulas restritivas ("covenants"), as quais foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2023.

O índice previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que passou a ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2022.

Prazos de vencimento	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	1.600
2025	3.200	3.200
2026	5.600	5.600
2027 em diante	157.380	150.610
Total	166.180	161.010

11. Provisão para manutenção

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava saldo de R\$ 3.688 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 5.617) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 05 anos

em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 11,78% a.a.

Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.833
Provisão	5.591
Reversão	(2.807)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.617
Provisão	8.761
Reversão	(10.690)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.688

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	35	2.444
Passivo não circulante	3.653	3.173
Total	3.688	5.617

12. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	31.214	31.610
Diferenças temporárias ativas	3.424	2.254
Provisão para contingências	197	156
Provisão para Manutenção	3.227	2.099
Diferenças temporárias passivas	(714)	(732)
Ajustes adoção Lei Lei 12.973/14 e Arrendamentos - IFRS 16 (CPC 06(R2))	(714)	(732)
Ativo diferido, líquido	33.924	33.133

O saldo de prejuízos fiscais acumulado em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 91.806.

A Companhia estima apresentar lucro tributável futuro em montante suficiente para recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, baseando-se nas projeções conforme o quadro a seguir:

Exercício	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	1.392
2024	2.110	1.974
2025	2.454	2.648
2026 em diante	26.650	25.596
Total	31.214	31.610

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal: Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	2.376	(7.487)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) à alíquota de 34%	(808)	2.546
Juros sobre Capital próprio	177	-
Outros	315	(150)
Subvenções do lucro da exploração	409	-
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	93	2.396
Imposto de renda e contribuição social correntes	(698)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	791	2.396
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	93	2.396
Alíquota efetiva	4%	-32%

13. Partes relacionadas

	31/12/2023	31/12/2022
Partes relacionadas		
Mútuo entre CRA x Verona	22.154	50.796
Total	22.154	50.796

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o saldo de R\$ 22.154, (R\$ 50.796 em 31 de dezembro de 2022) decorrente de transações com partes relacionadas com a sua controladora direta Verona, referente a pagamento de despesas por conta e ordem a serem ressarcidas (mútuo), com taxa aplicada a TR (Taxa Referencial) com prazo de término previsto em janeiro de 2029.

A variação do saldo no exercício em questão, deve-se ao pagamento de mútuo e ao provisionamento de juros, como detalhado no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	50.796
(+) Provisionamento de juros	858
(-) Amortização	(29.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	22.154

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Em 31 de dezembro 2023, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.698 (R\$ 1.666 em 31 de dezembro de 2022), referente à remuneração dos administradores.

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração com encargos	1.682	1.656
Incentivo de longo prazo	16	10
Total	1.698	1.666

14. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota, sendo:

31/12/2023 **31/12/2022**

Cíveis	452	438
Trabalhistas	129	20
Total	581	458

Movimentação	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
(+) Adições	438	20	458
Saldo em 31 de dezembro de 2022	438	20	458
(+) Adição	302	101	403
(+) Atualizações e juros	163	19	182
(-) Reversão	(394)	(11)	(405)
(-) Baixas	(58)	-	(58)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	452	129	581

As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia, tem ações envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 42.356 (R\$ 43.140 em 31 de dezembro de 2022).

Os processos possíveis advêm em sua maioria da operação na rodovia, tendo como principais causas de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

a) Provisões Cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis discutidos na esfera judicial. As ações possuem natureza indenizatória, decorrentes do curso ordinário de suas operações, tendo como principais objetos choque contra cancela, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

b) Provisões Trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se referem a valores individualmente significativos e as discussões envolvem principalmente pedidos de horas extras, terceirização, responsabilidade subsidiária, indenização e doença ocupacional, dentre outros.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 126.756, representado por 141.438.908 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 126.756 em 31 de dezembro de 2022, representado por 141.438.908 ações).

b) Reserva de incentivos fiscais

Em 08 de fevereiro de 2018, por meio da emissão do Laudo Constitutivo no 00007/2018, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, com validade até 31 de dezembro de 2027, foi reconhecido o direito ao benefício fiscal de redução de 75%, do imposto de renda - IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei no 11.941/09, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 409 referente à subvenção em conta de resultado e o destinou à Reserva de Incentivos Fiscais.

A Companhia apresentou um Lucro da Exploração no montante de R\$ 2.244 no exercício de 2023 e constituímos um valor adicional de anos anteriores.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2023, foi constituída a reserva legal no montante de R\$ 123.

16. Receitas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas de pedágio	77.377	67.284
Receitas acessórias (locação de espaço físico e publicidade)	2.038	2.152
Impostos e contribuição sobre serviços	(6.981)	(6.035)
Outras deduções	(3)	(1.624)
Receita líquida de serviços	72.431	61.777
Receita de construção	9.819	6.163
Receita líquida	82.250	67.940

17. Custos por natureza

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Custos de pessoal	(11.154)	(10.449)
Serviços de terceiros	(4.044)	(5.595)
Materiais, equipamentos e veículos	(727)	(1.085)
Gastos gerais	(2.180)	(1.919)
Provisão para manutenção	(8.761)	(5.951)
Depreciação e amortização	(12.521)	(11.296)
Custos dos serviços prestados	(39.387)	(36.295)
Custos de construção	(9.722)	(6.102)
Total	(49.109)	(42.397)

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e OCPC 05.

18. Despesas gerais e administrativas por natureza

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas de pessoal	(8.305)	(5.745)
Serviços de terceiros	(1.577)	(4.449)
Materiais, equipamentos e veículos	(950)	(350)
Seguros/Garantias	(1.106)	(22)
Provisão para contingências	59	(458)
Licenças de software/telecomunicações	(801)	(819)
Gastos gerais	(1.645)	(2.085)
Depreciação e amortização	(93)	(82)
Total	(14.418)	(14.010)

19. Resultado financeiro, líquido

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Descontos obtidos	11	3.587
Rendimentos de aplicação financeira	5.429	151
Atualização monetária ativa	551	-
Outras receitas financeiras	311	(182)
Receitas financeiras	6.302	3.556
Juros de debentures	(18.899)	(21.854)
Juros de contratos de arrendamento	(671)	(219)
Juros de contratos de mútuo passivos	(859)	(848)
Atualização monetária passiva	(636)	-
Outras despesas financeiras	(1.820)	(463)
Despesas financeiras	(22.885)	(23.384)
Resultado financeiro, líquido	(16.583)	(19.828)

20. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	2.469	(5.091)
Quantidade de ações ordinárias em circulação (milhares)	141.438	141.438
Prejuízo por ação básico e diluído ação - Em Reais	17,46	(35,99)

21. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Debêntures	Partes Relacionadas	Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	152.029	99.028	522	251.579
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Amortização de financiamentos e debêntures	(1.467)	-	-	(1.467)
Partes relacionadas	-	(49.080)	-	(49.080)
Pagamento de arrendamento	-	-	1.321	1.321
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(1.467)	(49.080)	1.321	(49.226)
Varição nos valores justos				
Outras variações				
Partes relacionadas	-	848	-	848
Despesas com juros	21.855	-	219	22.074
Juros pagos	(11.406)	-	-	(11.406)
Total das outras variações relacionadas com passivos	10.449	848	219	11.516
Saldo em 31 de dezembro de 2022	161.011	50.796	2.062	213.869

	Debêntures	Partes Relacionadas	Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	161.011	50.796	2.062	213.869
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Amortização de debêntures	(884)	-	-	(884)
Amortização de partes relacionadas	-	(29.500)	-	(28.642)
Pagamento de arrendamento	-	-	(2.835)	(2.835)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(884)	(29.500)	(2.835)	(32.361)
Outras variações				
Novos arrendamentos	-	-	3.212	3.212
Custos de transação	650	-	-	650
Despesas com juros	18.899	858	670	19.569

Juros capitalizados	452	-	-	452
Juros pagos	(12.347)	-	-	(12.347)
Total das outras variações relacionadas com passivos	7.654	858	3.882	11.536
Saldo em 31 de dezembro de 2023	167.781	22.154	3.109	193.044

22. Contratos

Contrato de concessão – CRA

O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4; em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5.

Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 4 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei nº 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 04 de janeiro de 2019.

Em 13 de outubro de 2020 foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanças para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 – 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanças, por solicitação da CRA.

O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente.

Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Verona Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão.

Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão.

A Companhia assume, de modo geral, os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Implantação de terceiras faixas;
- Duplicação;
- Implantação de acostamento;
- Implantação de passarelas para pedestres;
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e
- Instalação de cabines de pedágio.

Extinta a concessão, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

* * *

DF 2023 - FINAL - CRA pdf

Código do documento c36a3822-e34d-4dfe-bdfa-140f536ac1b5



Assinaturas



Felipe Guidi
felipe.guidi@montepartners.com
Assinou

Felipe Guidi



Wilman Sanchez Moitinho
wilman.sanchez@monterodovias.com.br
Assinou



Eventos do documento

29 Mar 2024, 16:16:15

Documento c36a3822-e34d-4dfe-bdfa-140f536ac1b5 **criado** por MANUELA REGO DURAN (c2b4fb40-85b5-4017-a462-aa48039f58d5). Email: manuela.duran@monterodovias.com.br. - DATE_ATOM: 2024-03-29T16:16:15-03:00

29 Mar 2024, 16:16:40

Assinaturas **iniciadas** por MANUELA REGO DURAN (c2b4fb40-85b5-4017-a462-aa48039f58d5). Email: manuela.duran@monterodovias.com.br. - DATE_ATOM: 2024-03-29T16:16:40-03:00

29 Mar 2024, 16:20:05

FELIPE GUIDI **Assinou** - Email: felipe.guidi@montepartners.com - IP: 187.107.1.67 (bb6b0143.virtua.com.br porta: 25978) - **Geolocalização: -12.8069949 -38.2089053** - Documento de identificação informado: 296.500.248-08 - DATE_ATOM: 2024-03-29T16:20:05-03:00

29 Mar 2024, 16:35:52

WILMAN SANCHEZ MOITINHO **Assinou** (8cee776-0cb1-422d-b76e-0568f5e03580) - Email: wilman.sanchez@monterodovias.com.br - IP: 186.251.226.221 (186.251.226.221 porta: 50296) - **Geolocalização: -23.1079116 -46.5753652** - Documento de identificação informado: 945.327.375-91 - DATE_ATOM: 2024-03-29T16:35:52-03:00

Hash do documento original

(SHA256):ada8fb81c984714f9f3ebd341f7e3ef1cbad014d36f60f1b64b1e9fea358ee45

(SHA512):d72c573e03291bb9f90a11e745153068e6d473c26b9c291facc38d4d2d688165d038f5ee1ec41f45d15299b1bbbb76061dcbcb87e837eec69e04c8020209d635

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign